

GT - PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TURISMO

Modalidade da apresentação: Comunicação oral

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA PRAIA DE PONTA NEGRA (NATAL/RN)

Mariana Torres da Silva

RESUMO

O artigo tem como principal objetivo debater o papel das políticas públicas de lazer no cenário turístico da Praia Ponta Negra em Natal/RN. Diante desta discussão procurou-se salientar a importância do direito do lazer para sociedade, e o papel dos espaços públicos nesse cenário. Para que haja democratização no lazer, é necessário que a iniciativa pública elabore políticas/ações tanto para a melhoria e revitalização dos espaços públicos, como para promover práticas esportivas e culturais tanto para o residente quanto para o turista. Com a realização dessa pesquisa foi possível identificar algumas políticas/ações desenvolvidas na cidade que beneficiaram Ponta Negra, nas quais são destacadas: O Projeto Nossa Orla, Plano de Ordenamento, Gestão e Fiscalização da Orla, Projeto de Recuperação dos Banheiros Públicos, Plano de Reestruturação da Avenida Engenheiro Roberto Freire, Projeto de Iluminação Pública nas Orlas de Natal, Projeto de Engorda e Enrocamento da Praia de Ponta Negra, Projeto Natal Praia Inclusiva, e Projeto Viva Natal. Pode-se concluir que apesar de existir políticas/ações relevantes como as citadas, ainda há o problema da não implementação ou descontinuidade das ações ao longo do tempo, na qual o governo deve buscar estratégias para a continuidade das mesmas, mesmo diante das trocas de governos. Em relação à metodologia utilizada para elaboração dessa pesquisa, foi necessária a análise bibliográfica, na qual se recorreu à leitura de livros e artigos, além da análise documental.

Palavras Chaves: Políticas públicas. Lazer. Espaços Públicos. Ponta Negra.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo identificar algumas das principais políticas/ações implementadas nos últimos anos em Natal/RN, especificamente aquelas que foram pensadas/elaboradas para beneficiar os frequentadores, sendo eles residentes e turistas da Praia de Ponta Negra, que usufruem dos espaços públicos como forma de lazer. Foi necessário entender o papel das políticas públicas de forma geral, para assim compreender a importância da implementação de políticas/ações no cenário turístico da Praia de Ponta Negra, como forma de favorecer a democratização do lazer. A escolha desse espaço foi decidida como destaque da pesquisa por Ponta Negra ser considerado por residentes e turistas um dos maiores equipamentos de

lazer da cidade, não só pelos seus atrativos naturais, mas também por todas as práticas que são desenvolvidas na orla e seu entorno.

Para a realização deste trabalho, foi necessária a análise bibliográfica, na qual se recorreu à leitura de livros e artigos (Gastal e Moesch, 2007; BRITO, 2017; MEDEIROS, 2007; LIMA, OLIVEIRA e MAIA, 2007; LIMA, 2004). Além disso, a análise documental também foi necessária, pois para tomar conhecimento das políticas implementadas no cenário estudado, foi necessário avaliar documentos no site da Prefeitura do Natal, e em outros sites que tratavam a respeito do respectivo assunto.

A ideia de Lazer é ainda considerada como algo superficial para um grande grupo da sociedade, sendo considerada apenas uma prática para aliviar o estresse ou para aproveitar o tempo livre. Porém, esse termo vai muito além, e deve ser visto pela sociedade como um direito social de todas as classes. Os espaços públicos de lazer agem como uma solução para a prática gratuita desse direito, porém há muito tempo esses espaços não são vistos como prioridade de investimento público, representados muitas vezes por praças/bosques com equipamentos em péssimo estado de uso, e praias sujas e sem segurança pública, por exemplo. Essa falta de investimento em segurança pública gerou o medo da violência urbana, o que fez com que nos últimos tempos houvesse uma forte migração do lazer em espaços públicos para os espaços privados como shoppings centers e casas noturnas, por exemplo. Esses tipos de estabelecimentos recebem cada vez mais um forte investimento da iniciativa privada, sendo esse lazer limitado apenas para quem detém de poder aquisitivo, excluindo o direito de lazer das classes mais carentes.

Para a democratização do direito do lazer, é necessário que a iniciativa pública elabore políticas/ações para melhorar a qualidade dos espaços. Para entender o que são Políticas Públicas de lazer, é necessário previamente compreender a definição desse conceito de forma geral. Como as autoras Gastal e Moesch (2007) explicam em sua obra "Turismo, Políticas Públicas e Cidadania", a conceituação desse termo se construiu historicamente como um conjunto de ações que tenham como objetivo de desenvolver um controle social sobre bens, serviços e obras

públicas, de modo que estes sejam desfrutadas de forma efetiva por toda a sociedade de maneira igualitária. Assim, entendemos que as políticas públicas se caracterizam pela democratização do usufruto dos bens.

Para Brito (2017), para entender as políticas públicas voltadas para o campo do lazer, é importante ter consciência que nem sempre as ações propostas são efetivadas, e que geralmente o discurso de melhoria não se assemelha com a realidade encontrada. Isso se dá porque em muitos casos as políticas públicas que contemplam o lazer, facilitam a realização de outros objetivos na gestão do governo, por esse motivo é necessário destacar que em todas as áreas, mas especialmente quando se trata do lazer, é importante que a criação das políticas públicas seja elaborada de forma mais abrangente, que contemplem outras áreas sociais, culturais e até mesmo políticas, e que essas políticas estejam direcionadas ao desenvolvimento humano.

2 DESENVOLVIMENTO

No Brasil, a sociedade foi mudando sua estrutura populacional em pouco menos de três décadas, transformando-se de uma sociedade de raízes rurais, onde sua maior fonte de renda consistia na agricultura familiar, para uma sociedade majoritariamente urbana, o que acarretou na desigualdade social, um dos maiores problemas enfrentados atualmente.

Para Lima, Oliveira e Maia (2007), a superlotação das cidades causou a verticalização das construções e a expansão das áreas periféricas, expandindo ainda mais esse desequilíbrio social, pois enquanto de um lado há condomínios luxuosos, do outro lado há pessoas vivendo em condições carentes em favelas às margens da cidade. Essa desigualdade acaba excluindo boa parte da população do direito de lazer, enquanto o lado que detém de poder aquisitivo consegue usufruir de todas as formas do lazer e entretenimento, para si e suas respectivas famílias.

Destacando o caso da cidade de Natal, podemos perceber que não se distancia dessa realidade, pois segundo Lima, Oliveira e Maia (2007), que ao analisarem o caso da capital do Rio Grande do Norte, se depararam com o

crescimento desordenado da urbanização periférica, dos loteamentos irregulares e da intensificação do processo de favelização da cidade. De acordo com esse mesmo estudo, a transformação do espaço urbano de Natal, acompanhada pelo incremento da urbanização turística, acarretou mudanças significativas no modo de vida de seus habitantes e na utilização dos seus espaços de públicos de lazer.

A possibilidade de vivência do lazer, no meio urbano, está diretamente relacionada com a forma com que as cidades se organizam espacialmente, apesar de a ludicidade estar presente nas diversas manifestações da cultura humana, e a criatividade e a imaginação propiciarem meios para ressignificação do lazer, conforme as condições sociais históricas e culturais do homem. Os limites à liberdade de ação, colocados pelas questões espaciais e temporais da cidade, são, em parte, referentes às condições físicas da habitação e as características do seu entorno. A liberdade e a espontaneidade quanto à maneira de desfrutar os momentos de tempo de lazer não deixam de tornar necessária, em muitas áreas da cidade, a intermediação do Estado, na medida em que existem limitações socioeconômicas ao exercício desse direito pelo cidadão (LIMA; OLIVEIRA; MAIA, 2007).

Além do que já foi citado, a criminalidade urbana é outro fator que contribui para a migração do lazer nos espaços públicos para os espaços privados, como exemplo shoppings centers, parques e casas noturnas, lugares esses que não se encaixam na realidade das classes carentes. Nos últimos anos a iniciativa privada vem cada vez mais investindo no lazer, das mais diversas opções para quem dispõe de tempo e dinheiro, o que contribui ainda mais com as desigualdades sociais. Para amenizar essa situação, uma solução eficaz seria iniciativa pública deveria criar medidas para auxiliar na democratização do lazer, através de políticas públicas democráticas, que através delas permitam o acesso de todas as classes ao lazer.

Mesmo diante de uma importância evidente nas cidades urbanizadas, os espaços públicos de lazer até hoje não recebem sua devida valorização e não são entendidos como essenciais, não recebendo o investimento necessário das políticas e ações públicas. Isso se torna uma questão preocupante, pois a valorização desses espaços deveria partir justamente do poder público, contribuindo para a criação,

conservação e animação das áreas de lazer, atendendo as necessidades da população. Outro problema que deve ser destacado, é que quando há investimento na construção ou reestruturação de uma área pública de lazer, em muitos casos não ocorre um investimento em segurança pública para atuar no local, o que pode vir a causar o aumento da criminalidade urbana e o medo da população em frequentar o espaço.

Assim como outras cidades do país, em Natal os espaços públicos de Lazer apresentam relação com a segregação socioespacial, pois em algumas áreas da cidade se concentram melhores ou piores condições de vida, o que influi no investimento público, assim como o privado, pois os empresários que investem nessas atividades de lazer procuram lucro, reduzindo as possibilidades de quem tem menor condição financeira de participar desse processo.

Essa segregação se caracteriza, ainda, por pouca mobilidade social interna, com os bairros de elite continuando por muitas décadas como tais. A expansão dos bairros da cidade no sentido Leste-Sul continua a ser feita por moradias de proprietários de maior renda, enquanto nas regiões Oeste e Norte cresce a população mais pobre. De acordo com Silva (2003, p. 82), ao se referir a Natal: "a cidade está fragmentada por classes sociais, distribuídas em bairros com rendas médias diferenciadas. Quando se utiliza a divisão administrativa, vê-se também uma divisão social com os bairros das Zonas Leste e Sul, ricos, se destacando dos das Zonas Oeste e Norte, pobres" (LIMA; OLIVEIRA; MAIA, 2007).

Dentre as áreas de Natal que recebem destaque por investimento nas práticas de lazer, iremos destacar a Praia de Ponta Negra, localizada na região Sul. Essa região se tornou destaque por receber um grande fluxo turístico, além de ter em seu entorno empreendimentos imobiliários de grande porte, hotéis e restaurantes, por esse motivo sendo de interesse público e privado para o investimento em opções de animação cultural, esportiva e recreativa.

Entretanto, segundo o estudo de Lima (2004), os espaços públicos de Lazer situados no Bairro de Ponta Negra apresentam um contraste dependendo de sua localização. Se estão localizados próximo a Orla e nos corredores que circulam um

grande fluxo turístico diariamente, apresentam-se melhor conservados, já aqueles espaços de lazer localizados no interior da antiga vila de pescadores e dos conjuntos habitacionais, basicamente onde só transitam os moradores do bairro, encontram-se em um precário estado de conservação, geralmente com má iluminação e sem equipamentos apropriados para o uso da população.

De acordo com entrevistados da pesquisa realizada por Lima (2004), os moradores do bairro, se queixaram principalmente da falta de segurança pública disponibilizada nesses espaços de Lazer, além da falta de conservação e limpeza das praças. Na mesma pesquisa, ainda foi abordado à questão de que os moradores do bairro preferem caminhar e usar os equipamentos de Lazer próximo a Praia por ter mais iluminação, e por isso se sentirem mais seguros.

O calçadão da Praia de Ponta Negra, localizada na Avenida Engenheiro Roberto Freire, se tornou um dos principais atrativos da cidade, não só da população do bairro de Ponta Negra, mas sim da comunidade de vários bairros da Grande Natal, inclusive dos visitantes. O projeto da criação do calçadão foi executado no ano de 2000, com três quilômetros de extensão, contando também com a substituição das antigas barracas de praia por quiosques mais estruturados, na qual podemos encontrar até os dias de hoje quando visitamos a Orla.

Para Medeiros et al. (2007), a Praia de Ponta Negra vive as marcas de um crescimento desencadeado, promovido pelo desenvolvimento turístico da localidade e pela especulação comercial e imobiliária. O projeto "O uso do Calçadão para o Lazer em Natal" foi uma importante iniciativa, pois analisou a distribuição e a importância do uso do calçadão que margeia a Praia de Ponta Negra.

Ainda baseado no estudo de Medeiros et al. (2007), foi necessário entender através de sua análise, quem produzia o espaço urbano de Ponta Negra. Nesse bairro percebeu-se que os proprietários dos meios de produção (comerciantes da localidade) eram os que de fato tinham lucro através da prática turística e dos moradores locais. Os residentes acabam sendo inseridos dentro de uma lógica de mercado de consumo dos mesmos produtos ofertados aos turistas, pagando a mesma quantia que os estrangeiros pagam, dessa forma demarcando um consumo

elitizado. Mesmo com essa lógica de mercado, ainda há uma presença marcante de vários ambulantes que vendem os mais diversos tipos de produtos pela orla, o que forma um mercado paralelo ao consumo dessa forma.

A partir da análise de estudos citados anteriormente, percebeu-se que a Orla de Ponta Negra juntamente com o calçadão se encontra em bom precário de uso atualmente, sendo necessárias melhorias, como exemplo uma melhor iluminação, segurança pública e investimento em obras de melhoria no estado de conservação dos equipamentos, dentre outros fatores. Destacando a pesquisa realizada por Medeiros et al. (2007) e ao mesmo tempo comparando com os tempos atuais, percebemos que apesar da Praia de Ponta Negra por ser um espaço público, cada vez mais vem sofrendo influência do setor privado.

A explicação para isto se dá pelo fato de uma boa parte da orla está ocupada por barracas e cadeiras, sendo cobrada financeiramente pela utilização das mesmas, além de comerciantes que vendem seus trabalhos (quadros, artesanatos e vestimentas, por exemplo) na própria orla. Isso de certa forma contribui para a segregação, como já citada anteriormente, pois torna o espaço cada vez mais frequentado por turistas do que pelos próprios moradores, que em muitos casos vêm à praia como forma de sustento, e não como forma de um espaço para o lazer.

Quando adentramos no assunto de políticas públicas, é necessário destacar que essas políticas e ações devem ser pensadas não apenas para o bem-estar do turista, e sim para residentes que moram na localidade, de forma que beneficiem a todos. Como incentivo da prática turística e de lazer, podemos destacar o Projeto Nossa Orla, desenvolvida pela Prefeitura de Natal por intermédio da Secretaria municipal de turismo (Setur). A ação até o ano de 2018 contou com três edições, na qual a sua última edição ocorreu no fim de 2018, nas praias de Areia Preta, Redinha, Praia do Meio, Ponta Negra e Praia do Forte dos Reis Magos, com objetivo de incentivar a prática turística tanto para os visitantes quanto para os próprios residentes, contando com atividades educativas, apresentações culturais, programação esportiva e exposição do artesanato local.

O Plano de Ordenamento, gestão e fiscalização integrada da Orla de Ponta Negra foi outra ação desenvolvida que beneficiou a praia, de forma que auxiliou na qualidade ambiental, paisagísticas e condições de uso da praia para o banho, além de ampliar a atratividade turística através dessas iniciativas.

Em relação às ações de serviços urbanos, podemos citar o Projeto de Recuperação dos banheiros públicos da Orla de Ponta Negra. Em agosto de 2018 a Prefeitura do Natal assinou um contrato para realização das obras de reestruturação dos seis banheiros que são localizados ao longo da orla, tendo cada conjunto de banheiros uma unidade feminina, uma masculina, uma com acessibilidade e chuveiros coletivos. Para ter acesso a esses banheiros, é necessário ser pago uma taxa de R\$ 2,00 reais (dois reais) para o uso do mesmo, o que para algumas pessoas foi bom, pois contribui para a manutenção desses banheiros, o que consequentemente deixam-os mais limpos e aptos a uso, enquanto alguns usuários preferiam que o acesso aos banheiros ainda fosse totalmente gratuito, por nem sempre possuírem o valor solicitado.

Outro projeto relevante a ser destacado foi o Plano de reestruturação da Avenida Roberto Freire, que foi criado com o objetivo de facilitar o trânsito e a mobilidade, principalmente de quem se desloca pela Avenida Roberto Freire em direção a praia de Ponta Negra e a rota do sol. A ação continua em andamento e sofreu algumas modificações ao longo dos anos, reduzindo o objeto da obra até a rotatória da Via costeira, porém de todo modo após a conclusão irá beneficiar o turista e residente a ter um melhor acesso à orla.

O projeto de iluminação pública nas orlas de Natal foi outra ação que podemos destacar que beneficiou a praia de Ponta Negra no ano de 2014, na qual foi a primeira praia a ser instalado as novas luminárias, sendo eles postes de aço inoxidável, que são resistentes à ação da maresia, e uso de lâmpadas de LED para economizar o consumo de energia e oferecer uma melhor iluminação no período noturno para garantir uma maior segurança aos usuários da praia.

No ano de 2018, o Trade turístico da Orla de Ponta Negra uniu esforços para cobrar ao atual Prefeito de Natal (Álvaro Dias) melhorias em relação a vários aspectos como

limpeza das praias e manutenção dos banheiros públicos, melhorias na iluminação em todos os pontos da orla, fiscalização quanto a presença de comerciantes irregulares, sinalização, e trânsito, pois além das políticas e ações serem implementadas, é necessário que após disso haja uma manutenção para que os reparos realizados se mantenham em ordem por um longo período de tempo. Após essa reunião, uma nova ação que está sendo estudada para ser implementada brevemente é o Projeto de Engorda e Enrocamento da Praia, visto como muito importante para o trade turístico da Orla que sofre quase todos os dias com a maré cheia, fazendo com que os clientes se afastem da orla. Esse projeto consiste na ampliação de material sobre faixa de água para aumentar a margem da areia, sendo de necessidade urgente para proteção da orla que sofre ao longo da última década com processos erosivos.

Apesar de alguns projetos já terem saído do papel, ocasionando a melhoria para visitação da orla, é notável para quem frequenta a Praia de Ponta Negra atualmente que a Orla ainda carece da implementação de políticas/projetos que fomentem as práticas de lazer na localidade. A acessibilidade é um fator crítico a ser analisado, pois esse é o principal obstáculo para quem possui algum tipo de deficiência ter acesso à praia.

Em maio de 2017 foi criado numa parceria do SADEF-RN (Sociedade Amigo do Deficiente físico), da instituição Maurício de Nassau e da Prefeitura de Carnaúba dos Dantas (Município localizado na região Seridó), o Projeto Natal Praia Inclusiva que leva várias pessoas com deficiências físicas a Orla da Praia de Ponta Negra nos finais de semana, com o intuito de promover práticas de lazer, como mergulho, partidas de vôlei sentado, futebol para amputados, além de passeios de caiaque e de prancha *stand-up*. O número de beneficiados poderia ser bem superior se Natal tivesse uma acessibilidade adequada para os cadeirantes se destacarem sozinhos até a orla, com ônibus adaptados, calçadas acessíveis e rampas com inclinação correta.

Por fim, iremos destacar o Projeto Viva Natal, que conta com atividades de lazer totalmente gratuita, em que algumas das suas edições vem ocorrendo na Orla de Ponta Negra. Os cidadãos e turistas que caminham pela praia de Ponta Negra

podem participar de práticas esportivas, oficinas, atividades culturais e de bem estar. O evento oferece, inclusive, um espaço para as crianças se divertirem enquanto os responsáveis realizam atividades físicas. O Viva Natal na Praia é uma iniciativa em conjunto das Secretarias de Turismo, Esporte e Lazer, Cultura, Serviços Urbanos e STTU.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as pesquisas realizadas para construção deste artigo, concluiu-se que apesar de haver políticas/ações expressivas para as práticas do lazer e de revitalização dos espaços públicos na cidade do Natal, mais precisamente na Praia de Ponta Negra, ainda há muito aspectos a serem melhorados. A descontinuidade ou não implementação das políticas/ações é assunto muito importante a ser salientado nessa discussão, não só especificamente quando falamos de políticas de lazer, mas de forma geral. Isso se dá pelo fato de que tomar decisões só não basta, é preciso que, idealmente, os atores que formulem as ações tenham capacidade de implementá-las. A descontinuidade e não implementação das ações são as mais presentes causas a serem destacadas e que afetam o cenário do objeto de estudo desta pesquisa, pois em alguns casos a ação não tem continuidade, muitas vezes por falta de manutenção, que foi o caso por exemplo do projeto de iluminação pública da Orla, ou até mesmo não chega a serem implementadas de fato.

A falta de orçamento, o mau planejamento e principalmente a mudança de governos se torna um das principais causas para a não continuidade de tais políticas/ações. O mais alarmante dessa situação é que a interrupção da execução das ações causadas pelas mudanças dos governos se dá como “normal” para muitos, no entanto isso pode trazer danos indesejáveis para a sociedade. Para Nogueira (2006), a princípio pode ocorrer descontinuidade em qualquer uma das fases, da formação da agenda à avaliação da política. A fase mais comum sem dúvidas é a da implementação, mas também os planos e as decisões são adiados, ou alternativas de políticas descartadas, simplesmente porque eram da outra gestão. Diante disso, se faz necessário que os governos pensem em estratégias para que haja continuidade



nas ações, mesmo diante das trocas de governos, para que assim a população seja beneficiada, e todos tenham um direito democrático ao lazer.

REFERÊNCIAS

BRITO, Gustavo André. Políticas Públicas de Lazer: Discutindo sua Construção. Gestão Estratégica das Experiências de Lazer, Curitiba, 2017.

MEDEIROS, Giselle *et al.* O uso do Calçadão da Praia de Ponta Negra como Equipamento de Lazer em Natal/RN. Políticas de Lazer e suas múltiplas interfaces no cotidiano urbano, Rio Grande do Norte, 2007.

LIMA, Dália Maria; OLIVEIRA, Marcus Vinícius; MAIA, Lerson Fernando. Políticas Públicas de Lazer: Papel do Estado e Cotidiano Urbano. Políticas de Lazer e suas múltiplas interfaces no cotidiano urbano, Rio Grande do Norte, 2007.

GASTAL, Susana ; MOESCH, Marutschka Martini. Turismo, Políticas Públicas e Cidadania. São Paulo: Aleph, 2007.

Primeira edição do viva natal agita a praia de ponta negra. Natal, 2018. Disponível em: <https://portalnoar.com.br/primeira-edicao-do-viva-natal-vai-agitar-a-praia-de-ponta-negra/>. Acesso em: 9 abr. 2019.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais. 2006. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2423/53706.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2019.

Praia inclusiva participa do projeto nossa orla. Natal, 2017. Acesso em: <http://sade.org.br/noticias/16/natal-praia-inclusiva-participa-do-projeto-nossa-orla-neste-sbado-em-ponta-negra-09>

Obra da engorda deve começar em 2019. Natal, 2018. Acesso em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/obra-da-engorda-sa-deve-comea-ar-em-2019/405632>

Banheiros da orla de natal terá tarixa. Natal, 2017. Acesso em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/banheiros-da-orla-de-natal-tera-o-tarifa-de-r-2/413286>